



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAMILLA BARROS CORDEIRO

**PATRIARCADO E SERVIÇO SOCIAL:
Desafios e estratégias de enfrentamento**

BRASÍLIA – DF

2025

CAMILLA BARROS CORDEIRO

**PATRIARACADO E SERVIÇO SOCIAL:
Desafios e estratégias de enfrentamento**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Departamento de Ser-
viço Social como requisito parcial para obtenção
de grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elaene Rodrigues
Alves

BRASÍLIA – DF

2025

CAMILLA BARROS CORDEIRO

**PATRIARACADO E SERVIÇO SOCIAL:
Desafios e estratégias de enfrentamento**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Departamento de
Serviço Social como requisito parcial para ob-
tenção de grau de bacharel em Serviço Social.

Data da aprovação: XX/XX/XXXX

Maria Elaene Rodrigues Alves — Orientadora
Doutora em Serviço Social
Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Andreia Ruth Deusdedith — Membro da Banca
Especialista em violência doméstica e projetos sociais
Assistente Social do Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em
Situação de Violência sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV)

Andreia de Oliveira— Membro da Banca
Doutora em Serviço Social
Professora da Universidade de Brasília (UnB)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão a todas as pessoas que foram peças fundamentais para a realização deste trabalho. Primeiramente agradeço a Deus por sua graça e amor, pois o meu firme fundamento é ele.

Agradeço aos meus pais Zenilma e Ezequiel por serem meu exemplo de luta e por não mediram esforços para que eu pudesse da forma mais confortável possível alcançar os meus sonhos, sei que o caminho da vida não foi fácil para vocês e que nossa história começou mais cedo do que esperávamos, mas isso não os impediu de irem à luta para que eu pudesse ter a melhor vida possível, obrigada por serem o meu abrigo em dias chuvosos e por me incentivarem a viver o meu sonho, me lembro muito bem que por diversas vezes pensei em desistir da graduação mas vocês nunca me deixaram esquecer que as lutas são passageiras e que com força e coragem a gente chega lá, obrigada por todo sacrifício e lembrem-se vocês são o meu maior exemplo de persistência.

Agradeço aos meus irmãos Ellen, Eduardo e Marcelo pelo apoio e pelas palavras de carinho, por sempre me incentivarem a ser melhor, para que assim vocês pudessem seguir os meus passos, e em especial minha irmã, Ellen que esteve presente em todo o meu processo de escrita e graduação, obrigada pelas palavras de conforto e por toda compreensão, você também é um grande exemplo para mim.

Agradeço a minha avó Maria Evangelista, a ternura em pessoa, mulher valente e que sempre me amou com todo seu coração, obrigada por suas palavras de afagos e por seus abraços calorosos, a minha força também veio de você.

Agradeço ao meu namorado Wilker, por me apresentar a UnB, por ser presente e por sempre estar disposto a me ajudar, seu apoio foi fundamental no meu processo de formação.

As minhas amigas, Ellen, Taynara e Milena, obrigada por torcerem por mim, e por sempre me incentivarem a continuar vivendo o meu sonho, a compreensão e o amor de vocês também tornaram este caminho mais leve, contem comigo também para sonhar os seus sonhos.

Agradeço às minhas supervisoras de estágio Andreia e Paula, que foram fundamentais na escolha do tema desta pesquisa, obrigada por me apresentar de forma prática as batalhas e a beleza da profissão do Serviço Social. Agradeço à minha orientadora Elaene pela paciência e por compartilhar seu conhecimento comigo. As minhas colegas de turma Rafaela e Geovana, pelas trocas de experiência e pelo suporte mútuo.

"O patriarcado não começou com homens e mulheres, mas com a ideia de poder sobre o outro."

(bell hooks).

RESUMO

O presente estudo sistematiza teoricamente a discussão entre o Serviço Social e Patriarcado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, com base em autores marxistas e feministas (Saffioti, Iamamoto, Federici, Lerner, Beauvoir, Mirla Cisne, Tereza Kleba entre outros), além de documentos institucionais do Serviço Social (CFESS, ABEPSS). As referências foram selecionadas a partir de bases como Scielo, Períodicos CAPES e livros clássicos, priorizando produções de 1980 a 2025 que discutem patriarcado, gênero, trabalho e Serviço Social. A escolha pela análise desse tema se justifica ao elucidar como as expressões patriarcais imersas no processo de formação social brasileira impactam no desenvolvimento de uma profissão como o Serviço Social, no Brasil, de modo a apreender em que medida contribuem para a construção de uma imagem social vinculada ao cuidado. Como percurso metodológico, o método histórico-dialético orienta a análise das contradições presentes na profissão, especialmente a feminização e as expressões do patriarcado nas práticas sociais do Serviço Social. O estudo se delimita por não incluir coleta empírica, limitando-se a análise teórico-bibliográfica, o que constitui tanto uma limitação quanto um aprofundamento conceitual do tema. Os resultados alcançados mostram que o patriarcado atravessa historicamente o Serviço Social e a vida das mulheres, reforçando estigmas de feminilização e desvalorização profissional. Contudo, a profissão, a partir do seu projeto ético político, reafirma-se como espaço estratégico na luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe, comprometida com a emancipação e transformação social.

Palavras-chave: Patriarcado. Serviço Social. Relação de gênero, raça e classe. Estratégia de enfrentamento

ABSTRACT

The present study systematizes, from a theoretical perspective, the discussion between Social Work and patriarchy. It is a bibliographic and documentary research of an exploratory nature, based on Marxist and feminist authors (Saffioti, Iamamoto, Federici, Lerner, Beauvoir, Mirla Cisne, Tereza Kleba, among others), as well as institutional documents of Social Work (CFESS, ABEPSS). The references were selected from databases such as Scielo, CAPES Journals, and classical books, prioritizing productions from 1980 to 2025 that address patriarchy, gender, labor, and Social Work. The choice of this theme is justified by the need to elucidate how patriarchal expressions embedded in the Brazilian social formation process impact the development of Social Work as a profession in Brazil, in order to understand to what extent they contribute to the construction of a social image linked to care. As a methodological path, the historical-dialectical method guides the analysis of the contradictions present in the profession, especially feminization and the expressions of patriarchy in the social practices of Social Work. The study is delimited by the absence of empirical data collection, being restricted to theoretical and bibliographic analysis, which represents both a limitation and a conceptual deepening of the theme. The results indicate that patriarchy has historically permeated Social Work and the lives of women, reinforcing stigmas of feminization and professional devaluation. However, through its ethical-political project, the profession reaffirms itself as a strategic space in the struggle against gender, race, and class inequalities, committed to emancipation and social transformation.

Keywords: Patriarchy. Social Work. Gender, Race, and Class Relations. Coping Strategies

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAV	Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência sexual, familiar e doméstica
PAV	Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS REPRESENTAÇÕES DO PATRIARCADO.....	14
1.1 Compreendendo seus pilares sociais, culturais e políticos	14
1.2 O patriarcado como estrutura social ideológica	17
2 RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	20
2.1 A origem histórica da dominação masculina nas relações sociais	20
2.2 Divisão sexual do trabalho.....	21
2.3 Relações de Gênero e feminismo	26
3 PATRIARCADO, RACISMO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL.....	30
3.1 Feminização e feminilização da profissão: reflexos na identidade e atuação profissional.....	32
3.2 Serviço Social e relações patriarcais de gênero e raça	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

Mais importante do que encontrar a origem do patriarcado é compreender sua evolução; essa é a ideia de Gerda Lerner: buscar entender as suas especificidades e suas transformações ao longo da história, de acordo com o seu livro *A Criação do Patriarcado* (1985). O patriarcado, como estrutura social ideológica, se constituiu não a partir das diferenças ideológicas, mas a partir da apropriação ideológica dessas diferenças, para justificar a dominação masculina, como analisa Gerda Lerner (1985).

O que é fundamental para entendermos a divisão sexual do trabalho pois, ao longo da história, a opressão não se baseou apenas na hierarquia e dominação de um sexo sobre o outro, mas na maneira em que socialmente o ser humano se organizou. O papel da mulher na sociedade foi predeterminado, o ser cuidadora e submissa que segue a rotineira vida de alguém que nasceu para servir, como cita Simone de Beauvoir (1987), "não se nasce mulher: torna-se mulher". Esse processo histórico e social subordina a mulher ao homem, fazendo ser crescente a desvalorização e a invisibilidade do seu trabalho. O papel feminino é uma construção social, assim como o papel do homem, e esse modelo estereotipado já não condiz mais com a realidade que visa uma nova sociedade, com direitos iguais e participação das mulheres em todas as áreas de conhecimento e espaços.

O problema central que orienta essa pesquisa é uma abordagem teórico-crítica, na qual buscassem compreender de forma articulada as distintas determinações que perpassam a formação e a prática do Serviço Social. Essa abordagem permite a análise das relações entre a dominação patriarcal, a exploração capitalista e o racismo estrutural. Identificando que essas expressões da questão social não atuam de forma isolada, mas se cruzam na construção das desigualdades e opressões que marcam diariamente a vida das mulheres, profissionalmente ou socialmente, principalmente a vida da mulher negra e das classes trabalhadoras. Diante disso, esse estudo se baseia na análise da realidade social, para evidenciar como essas estruturas são interdependentes e se reforçam mutuamente.

Diante dessas questões, essa pesquisa tem por objetivo elucidar como as expressões patriarcais imersas no processo de formação social brasileira impactam o desenvolvimento de uma profissão como o Serviço Social, no Brasil, de modo a apreender em que medida contribuem para a construção de uma imagem social de cuidado, visando também compreender como as expressões patriarcais podem influenciar a concepção de cuidado social, visto que a profissão do Serviço Social é majoritariamente ocupada por mulheres, e propõe a ideia de uma profissão “feminina” de cuidado.

É no cenário aludido que surgiu o interesse por essa pesquisa, a partir da inserção no Centro de Especialidade para atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica - CEPAV – Sempre Viva¹, para a realização do estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social, no ano de 2019, quando diversas expressões do patriarcado e as maneiras que se apresentam diariamente na sociedade eram acompanhadas – além das expressões no próprio Serviço Social, que é uma profissão majoritariamente composta por mulheres.

O Serviço Social do PAV desempenha um papel fundamental no atendimento às vítimas de violência de gênero, seja no acolhimento, seja na orientação ou proteção às pessoas que vivem diuturnamente expressões do patriarcado, como mulheres que foram vítimas de violência doméstica, abuso sexual e outras formas de violência baseada no gênero.

A pesquisa fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, conforme formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, por entender que a realidade social é histórica, dinâmica, contraditória e se transforma em função das relações de produção e das lutas sociais. Esse método parte da compreensão de que a vida social não é determinada por ideias ou valores isolados, mas pelas condições materiais de existência, que, por sua vez, moldam a consciência e as formas de organização social (Marx; Engels, 2007).

No campo desta investigação, o método dialético possibilita apreender o patriarcado não como um fenômeno estático ou natural, mas como uma estrutura histórica de dominação, enraizada em formas específicas de organização econômica, política e cultural. Permite também compreender como o patriarcado se articula com o racismo e o capitalismo, constituindo um sistema de opressões múltiplas que afeta de forma diferenciada mulheres de distintas classes, raças e orientações sexuais.

A dialética implica analisar o objeto a partir das suas contradições internas, identificando as mediações entre a totalidade social e as particularidades do fenômeno estudado. No caso desta pesquisa, isso significa investigar as expressões patriarcais no Serviço Social brasileiro, considerando: (1) a formação histórica da profissão e sua feminização; (2) as relações entre divisão sexual do trabalho e divisão social do trabalho; (3) a articulação entre gênero, classe e raça na construção da identidade profissional.

Como salienta Iamamoto (2008), o método histórico-dialético exige situar a profissão nas relações sociais mais amplas, reconhecendo que o Serviço Social, ao mesmo tempo que sofre os efeitos das estruturas sociais, também atua nelas, tensionando ou reproduzindo suas

¹ CEPAVs: conhecido também como “flores em rede” no qual são alocadas pelas regiões de Saúde do Distrito Federal, são instituições que atendem mulheres, adolescentes e crianças que sofreram violência sexual, Familiar e doméstica, oferecem assistência biopsicossocial e interdisciplinar

determinações. “Orienta a análise das contradições presentes na profissão, especialmente a feminização e as expressões do patriarcado nas práticas sociais do Serviço Social.” Assim, a análise não se restringe à descrição de desigualdades, mas busca revelar as causas estruturais, os mecanismos de reprodução e as possibilidades de transformação social.

O método histórico-dialético orientou a análise em três dimensões interligadas: Primeiro é o sentido da totalidade onde busca situar o Serviço Social no contexto da formação da sociedade brasileira e das determinações estruturais do capitalismo dependente, do patriarcado e do racismo. Segundo é relacionada a contradição, como as desigualdades de gênero, classe e raça atravessam a constituição da profissão, especialmente no que se refere à feminização do trabalho social. E terceiro é entender a mediação com a compreensão de que modo a prática profissional pode, simultaneamente, reproduzir ou enfrentar as relações patriarcais que se manifestam no cotidiano da profissão.

Por fim, reconhece-se que se trata de uma investigação sem coleta de dados empíricos, o que constitui uma limitação, mas também uma escolha metodológica orientada pelos limites do tempo e também uma busca de oferecer um aprofundamento teórico-conceitual. Essa delimitação permite evidenciar, a partir da literatura especializada e de documentos da profissão, os desafios e estratégias de enfrentamento das relações patriarcais no Serviço Social brasileiro, sem perder de vista sua inserção no movimento histórico das lutas sociais.

Nesse sentido, a pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que visa identificar como o patriarcado se apresenta e manifesta nas relações sociais e, consecutivamente, entender os rebatimentos no desenvolvimento de uma profissão, como o Serviço Social, majoritariamente e historicamente atribuída e ocupada por mulheres. “Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, com base em autores marxistas e feministas (Saffioti, Iamamoto, Federici, Mirla , Lerner, Beauvoir, entre outros), além de documentos institucionais do Serviço Social (CFESS, ABEPSS).”

Diante disso, a presente pesquisa parte de interesses prévios sobre a temática, essencialmente porque o patriarcado pode interferir diretamente na profissão do Serviço Social e nas contribuições para o combate do patriarcado, essencialmente por ser uma profissão que carrega o estereótipo de gênero – em que o gênero afeta não só a realização do trabalho, mas a construção social de sua imagem enquanto profissão.

De modo mais explícito, as marcas de gênero indicam o Serviço Social como uma profissão essencialmente desenvolvida por mulheres, porque carrega características de assistência, proteção e cuidado, enquanto homens são encorajados a buscar posições de liderança em outras profissões.

A estrutura deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está organizada em três capítulos: a) as representações do patriarcado; b) o patriarcado como estrutura social ideológica; c) relações patriarcais de gênero, raça e classe; d) divisão sexual do trabalho; e) gênero e feminismo; f) patriarcado, racismo e capitalismo; g) feminização e feminilização da profissão; h) serviço social e as relações patriarcais de gênero e raça.

1 AS REPRESENTAÇÕES DO PATRIARCADO

Este capítulo discutirá o patriarcado como um sistema social e cultural que historicamente perpetua sobre a dominação masculina, subordinado às mulheres em diversas esferas, como família, política e economia.

1.1 Compreendendo seus pilares sociais, culturais e políticos

As autoras Beauvoir, Saffioti e Lerner destacam que o patriarcado não é algo natural, mas sim uma construção histórica que pode ser desconstruída, exigindo uma análise crítica e ações para promover a equidade de gênero e justiça social.

“Mais importante do que encontrar a origem exata do patriarcado é compreender sua evolução histórica, verificando como ele se transforma e se fortalece no decorrer do tempo até chegar atualmente [...]” (Gadelha, 2022, p. 42). O patriarcado é um sistema social e cultural que se baseia na dominação masculina. É um conjunto de normas, valores, estruturas e práticas que colocam os homens em posições de privilégio e autoridade, enquanto subordinam as mulheres. Os homens são considerados superiores e têm controle sobre importantes instituições sociais, como a família, a economia, a política e a religião. Essa estrutura hierárquica resulta em desigualdades de gênero, limitando o acesso das mulheres a recursos, oportunidades e tomada de decisão.

De acordo com bell hooks (2020), o patriarcado é uma norma cultural de identidade que concede poder, privilégio e prestígio a partir da masculinidade. Certamente é uma construção social e cultural que atribui poder e privilégios aos homens, enquanto subordina as mulheres. É uma forma de organização social em que os homens são considerados superiores e detêm autoridade nas estruturas políticas, econômicas, sociais e familiares.

No patriarcado, os homens exercem controle sobre os recursos, tomam decisões e ocupam posições de liderança na esfera pública e privada. Se baseiam em normas e valores que perpetuam estereótipos de gênero, reforçando a ideia de que as mulheres são inferiores e devem ser submissas a eles.

Ao longo da história, o patriarcado moldou as relações entre homens e mulheres, estabelecendo papéis e expectativas de gênero específico. As mulheres viveram por muito tempo, excluídas do acesso à educação, à empregos e à participação política, sendo restritas aos papéis de cuidadoras do lar. É importante ressaltar que o patriarcado afeta não apenas as mulheres, mas também os homens, limitando suas possibilidades de expressão emocional e reforçando ideias de masculinidade tóxica, como a necessidade de ser dominante, agressivo e insensível.

É importante ressaltar que o patriarcado afeta de maneira complexa diferentes grupos como mulheres racializadas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. É um sistema social e cultural que atribui poder e privilégios aos homens, enquanto marginaliza e opõe as mulheres.

No entanto, é importante destacar que esse impacto não é uniforme para todas as mulheres, pois o patriarcado interage com outras formas de opressão, resultando em experiências distintas para diferentes grupos. Mulheres racializadas, por exemplo, enfrentam o sexism e o racismo, que se entrelaçam para criar uma forma única de discriminação. Elas são confrontadas com estereótipos negativos e experiências de exclusão tanto em virtude de sua raça quanto de seu gênero. A interlocução do patriarcado com o racismo exacerbava as desigualdades sociais, limitando o acesso a oportunidades, recursos e poder para essas mulheres.

A vida das mulheres negras é constituída historicamente por múltiplas opressões que além de relegar essas mulheres aos piores índices sociais, invisibilizaram seus contextos de opressão. A pobreza é comumente analisada desconsiderando o racismo e as relações patriarcais que a conformam. Assim, perde-se de vista que a articulação entre racismo e as relações patriarcais é essencial para o processo de reprodução do capitalismo periférico (Lima, 2022, p. 243).

Da mesma forma, as pessoas LGBTQIA+ também são afetadas pelo patriarcado de maneira complexa. A heteronormatividade e a cismotividade, que são componentes do patriarcado, estabelecem padrões rígidos de gênero e sexualidade. Isso leva à marginalização e discriminação de pessoas cuja identidade de gênero ou orientação sexual não se enquadra nessas normas. Mulheres lésbicas, trans e pessoas não binárias, por exemplo, enfrentam desafios adicionais devido à interação entre o patriarcado e a homofobia, bifobia e transfobia.

Além disso, pessoas com deficiência também sofrem os impactos do patriarcado de forma interseccional. A sociedade patriarcal muitas vezes desvaloriza e desconsidera as vozes e necessidades das pessoas com deficiência, perpetuando a ideia de que seus corpos e experiências são inadequados ou menos valiosos. Mulheres com deficiência enfrentam obstáculos adicionais na busca por igualdade de gênero, pois são confrontadas com estigmas e barreiras físicas e sociais que as excluem de oportunidades educacionais, profissionais e sociais.

Segundo Diniz, Medeiros e Barbosa (2010) o valor fundamental de uma sociedade justa é o da equidade, reconhecimento de que as pessoas são diferentes e que, para que se tornem iguais naquilo que se importa para uma vida digna, devem ser tratadas de maneira diferenciada é um dos pilares do princípio da justiça. Portanto, é fundamental reconhecer que o patriarcado não afeta todas as mulheres da mesma maneira. Compreender a relação entre gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência nos ajuda a ter uma visão mais abrangente das desigualdades e a lutar por um mundo mais equitativo e diverso, por isso o seu combate requer análise crítica dessas expressões e a implementação de medidas e políticas que promovam a igualdade de gênero. Existem vários elementos-chave do patriarcado que contribuem para a manutenção dessa estrutura de poder desigual. Beauvoir (2010) afirma que o patriarcado se baseia na ideia de que os homens são superiores e têm autoridade sobre as mulheres. A

dominância masculina é central para a estrutura patriarcal, permeando todas as esferas da sociedade, desde a família até as instituições políticas e econômicas.

Divisão sexual do trabalho, no qual o patriarcado estabelece divisão rígida entre os papéis de gênero, atribuindo às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidado, enquanto os homens são direcionados para atividades remuneradas e posições de poder. Essa divisão sexual do trabalho reforça a desigualdade de gênero e limita as oportunidades às mulheres. Os corpos femininos, em que o patriarcado busca controlar e regular, que se manifesta em normas e restrições relacionadas à sexualidade, reprodução, vestimenta e comportamento. A objetificação e a violência sexual são expressões extremas desse controle, refletindo a subordinação das mulheres aos desejos e expectativas masculinas.

As normas de gênero e expectativas, no qual o patriarcado estabelece normas rígidas de gênero, define o que é considerado adequado para homens e mulheres. Essas normas impõem expectativas de comportamento, aparência, papéis sociais e expressão de gênero. Aqueles que não se enquadram nessas normas enfrentam estigmatização, discriminação e violência; a desigualdade de poder e privilégio, em que os homens têm acesso privilegiado ao poder e aos recursos, enquanto as mulheres são marginalizadas e excluídas dos espaços de decisão. Isso se reflete em diferenças salariais, falta de representação política, sub-representação em cargos de liderança e a persistência de estereótipos negativos sobre as capacidades das mulheres.

Segundo aponta bell hooks (2004) a cultura de violência e machismo, perpetuam no patriarcado submetendo as mulheres a violência, e isso mostra como a essa cultura é baseada na objetificação e desvalorização das mulheres. A violência de gênero, como o abuso doméstico, o estupro, o assédio sexual e o feminicídio, são exemplos extremos dessa cultura, perpetuando o medo e a submissão das mulheres.

Esses são apenas alguns aspectos do patriarcado, que é um sistema complexo e multi-facetado. É importante destacar que esses elementos interagem entre si e variam em diferentes culturas e contextos históricos. Compreender esses elementos é fundamental para desafiar e transformar as estruturas patriarcais, promovendo a igualdade de gênero. Segundo Lerner (2019, p. 22, Prefácio), o patriarcado por ser um sistema histórico, tem um início na história- e que por não ser natural-baseado no determinismo biológico, pode ser derrubado.

Conforme afirma Heleieth Saffioti (2015), a violência contra as mulheres não é algo disperso, mas sim algo que está fincado nas raízes da sociedade, algo estrutural e sistemático do patriarcado que se utiliza da violência; seja física, sexual ou psicológica como uma ferramenta de dominação e de perpetuação da desigualdade de gênero.

Em o conceito de violência Saffioti explora a dimensão e apresenta a falsa ideia de que as pessoas que sofreram algum tipo de violência tendem a reproduzir o mesmo com outras

pessoas, ela apresenta que vítimas de abuso físico, psicológicos morais e sexuais são vistos por cientistas como pessoas que possuem a maior chance de maltratar e reproduzir as violências já sofridas. Isso mostra a grandeza da insensibilidade da sociedade para com as vítimas, sempre procurando um meio de apagar os seus agressores e violentadores e colocá-las em um lugar que não as pertence.

O princípio do patriarcado se deu a partir da produção de excedente econômico e da ideia de que o homem era essencial para a formação de uma nova vida, diante desse fato o homem cria uma espécie de poder sobre a mulher e até mesmo sobre os outros. O poder que rege o patriarcado é a subordinação e a dominação criando sobre as mulheres uma opressão e domínio por parte do homem.

“No que tange o passado os homens e as mulheres foram excluídos, perseguidos e discriminados por razões de classe, mas nenhum homem foi excluído do registro da história por causa do seu sexo, embora todas as mulheres tenha sido” (Lerner, 2019, p. 25). As mulheres foram apagadas da história no momento em que o patriarcado se estabeleceu e se estruturou na sociedade, é o patriarcado que mantém e sustenta a dominação masculina, e esse poder sobre a mulher tem gerado inúmeras violações e privações na história do ser feminino, por isso a importância de conhecer as raízes do patriarcado e voltar ao passado, as raízes históricas, para que então possamos desvendar de que forma as mulheres foram submetidas a esse quadro de submissão aos homens que perdura até os dias atuais. A estrutura patriarcal é uma estrutura socioeconômica que coloca os homens em posição de poder e mulheres em papel de subordinação, na sociedade patriarcal o gênero masculino e a heterossexualidade se consideram superiores aos outros gêneros e orientação sexual.

Lerner (2019, p. 17) diz: “Portanto ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar a nossa própria existência”. A descoberta de que existe um sistema que é estrutural e que mantém a hierarquia da sociedade, onde a submissão deve estar atrelado ao ser feminino, apresenta que esse sistema só funciona com a submissão das mulheres.

1.2 O patriarcado como estrutura social ideológica

O patriarcado enquanto uma estrutura social, se manifesta na desigualdade de acesso aos direitos, muda as bases de relação familiar assim como estruturas políticas e econômicas, neste tópico será apresentado como o patriarcado, vai além do social, alterando crenças e ideias e como cria uma naturalização e justificação quando nos referimos a dominação masculina.

As aspirações de ascensão social, grandemente responsáveis pela maior atenção mediada hoje pela educação feminina e pelo engajamento da mulher nas ocupações fora

do lar, não superam, contudo, a necessidade que a sociedade de classes apresenta para manter seu próprio equilíbrio de hierarquizar as ocupações masculinas e femininas, em defesa da posição de chefe que o homem ocupa na família e na sociedade. Assim, se a qualificação profissional da mulher interfere na posição ocupacional desta, a estratificação por sexo intervém, não raro de modo negativo, quer na qualificação da força de trabalho feminina, quer no posicionamento da mulher na estrutura ocupacional (Saffioti, 1976, p. 128-129).

Segundo Saffioti (2001), é nítido que homens e mulheres ocupam lugares diferentes na sociedade brasileira. Embora esse fenômeno não seja exclusivo do Brasil. Em seu livro o poder do macho ela enfatiza que identidade social da mulher, assim, como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.

Ainda de acordo com Saffioti (2001),

A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade permite a mulher que delegue esta função a outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariados para este fim. Todavia, esta ‘permisão’ só se legitima verdadeiramente quando a mulher precisa ganhar seu próprio sustento e dos filhos ou ainda complementar o salário do marido (Saffioti, 2001, p. 8).

O lugar da mulher na sociedade é estabelecido desde seu nascimento, ainda criança os estigmas, as definições já as acompanham, sobre o que se deve ser, fazer e seguir. A identidade social é socialmente construída, já que é próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a natureza daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais (Saffioti, 2001, p. 10).

O cuidado de um familiar dependente, em ambiente doméstico, é exercido em maioria por mulheres, que são as cuidadoras familiares. Caracteriza-se o cuidador familiar como uma pessoa das relações familiares, que executa em ambiente doméstico o cuidado com a saúde e o bem-estar de um membro da família em tempo demasiado ou longas jornadas, sem receber remuneração ou benefício social do Estado. Elas são as principais responsáveis pela gestão do cuidado, que consiste em alimentar, vestir, medicar, higienizar, dedicar afeto, direcionado ao marido, aos pais e irmãos, garantindo-lhes saúde e bem-estar. Não recebem benefícios sociais ou remuneração por essa atividade (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 417).

A posição da mulher na sociedade, desde os primórdios sempre foi reduzida ao seu próprio corpo, corpo esse que é reduzido apenas a reprodução, criação, doação e tantos outros adjetivos, e pensar como o patriarcado reforça todos esses estigmas e reafirma em todos os sentidos que a mulher é vista como algo apenas utilitário, corpo colocado à disposição dos homens e assim reduzindo suas existências ao sucumbir de uma vida solitária e silenciosa.

A dominação masculina explica a apropriação imediata, pelos homens, da escrita no quarto milênio, do Estado no terceiro milênio, das armas no segundo milênio e das religiões no primeiro milênio a.n.e. À medida que as sociedades se tornam complexas,

a desigualdade entre os sexos adquire efeitos multiplicadores. Sedentarização, invenção da agricultura e criação de animais, hierarquia social, conquistas territoriais, poder político e espiritual, tudo contribui para a subordinação das mulheres. Aquilo que costumamos chamar de "civilização" (agricultura, escrita, metalurgia, Estado, império) é indissociável não apenas dos homens enquanto atores, mas também do masculino enquanto cultura. Vários universais se misturam: o reconhecimento de uma binariedade de gênero, a divisão sexual do trabalho, a superioridade social dos homens sobre as mulheres (Jablonka, 2021, p. 3).

Diante disso, como é possível uma sociedade de tantas evoluções, a mulher ainda se encontre presa a submissão de uma estrutura patriarcal, como se o patriarcado fosse algo naturalmente biológico. Jablonka (2021) explica que apesar das evoluções, essa não é a única desigualdade do planeta, de fato existem inúmeras outras como livres e escravos, pobres e ricos, onde se vê as mesmas misérias e servidão. E quando se fala do patriarcado é válido lembrar que ele não se ancora na natureza humana, pois não é uma determinação biológica, e apesar do homem não ter útero e a mulher produzir pouco testosterona, ele afirma que a não igualdade de fato não produz a desigualdade de direito.

Em todos os países, qualquer que seja a situação das mulheres, é urgente definir a moral do masculino para o conjunto das ações sociais. Como impedir os homens de desrespeitar os direitos das mulheres? Em matéria de igualdade entre sexos, como ser um cara legal? Hoje em dia, precisamos de homens igualitários, hostis ao patriarcado, que valorizem o respeito mais que o poder. Apenas homens, mas homens justos (Jablonka, 2021, p. 3).

Por isso a importância de revolucionar o masculino, para que se tenha uma sociedade justa e igualitária onde os direitos das mulheres não estejam à mercê de outro sexo, a democracia deve alcançar a todos sem distinção de gênero, raça, cor ou etnia. "Os homens travam todas as batalhas, menos e da igualdade entre os sexos" (Jablonka, 2021).

2 RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Neste capítulo analisa-se a origem histórica das relações patriarcais articuladas à exploração capitalista e ao racismo estrutural. São debatidas a divisão sexual do trabalho, os limites da consciência social segundo Marx, e as especificidades da opressão das mulheres negras. A discussão se ancora na teoria marxista e em feministas como Saffioti, Federici e Lélia Gonzalez, evidenciando como gênero, raça e classe se entrelaçam na formação social brasileira.

2.1 A origem histórica da dominação masculina nas relações sociais

As relações patriarcais de gênero são formas de organizações sociais, econômicas e culturais baseadas na dominação masculina e na subordinação feminina. Esse poder exercido pelo homem sobre a vida das mulheres, dificulta a construção de relações de igualdade e respeito. É certo afirmar que a origem dessa relação de dominação e subordinação é de origem retrógrada, assim como afirma Saffioti (2015) o patriarcado e suas relações se originam junto a instauração da propriedade privada e das normas monogâmica, que é a base para a dominação masculina.

Conforme afirma Carneiro e Gomes (2019, p. 3) “é necessário destacar que a luta por uma sociedade em que a mulher não é subjugada passou a ser mais conhecida a partir do Movimento Feminista”. As relações patriarcais de gênero se encontram inseridas diariamente na vida das mulheres, em seu ambiente familiar, vida doméstica, no mercado de trabalho, em sua vida econômica, na política, cultura, educação, religião e no controle sobre seus corpos. Essas relações se manifestam de maneira estrutural, cultural e interpessoal, e cria cada vez mais o estereótipo de que existem lugares apropriados e outros não para a mulher, fazendo com que elas sejam cada vez mais sobre carregadas, violentadas e cobradas pela sociedade.

Por isso é, necessária a discussão sobre a posição da mulher na sociedade, diante disso é preciso voltar o olhar para os primórdios de nossa sociedade, dando ênfase a formação do sujeito, seus grupos e classes sociais. Desde a colonização do Brasil as mulheres foram fundamentais para a formação da nossa sociedade, mas a eles também foi atribuído um papel secundário. Para Silva (2005), mesmo no Brasil recente, existiam diferenças entre homem e mulher, relacionando sua submissão a sua estrutura física e biológica. Se a diferença entre gêneros era voltada para a relação anatômico-fisiológica, o sexo político-ideológico vai comandar a oposição e a descontinuidade sexual do corpo, dando arcabouço, justificativa e até impondo diferenças morais aos comportamentos masculinos e femininos, estando em acordo com a exigência de uma sociedade burguesa, capitalista, colonial, individualista e imperialista existente, e, nos países europeus.

As principais contribuições marxianas sobre a questão da consciência estão presentes nas formulações – em conjunto com Engels – acerca da concepção materialista da

história. Ao passo que nossos autores desenvolvem a crítica ao idealismo alemão, desenvolvem também a concepção da história como produto dos homens em suas relações sociais. Tal concepção consiste “em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata” e em compreender as formas de intercâmbio engendradas por um determinado modo de produção, isto é, apreender a sociedade civil, em seus diferentes momentos, como o fundamento de toda a história. A partir dessa compreensão, explica-se as diferentes criações teóricas e, as formas de consciência (Duboc, Silva, 2024, p. 2).

As ações dos homens não podem ser justificadas ao seu sexo ou sua posição na sociedade, todo comportamento e ações do ser humano sobre outro não deve ser atrelado a sua biologia, mas sim aos resultados e condições sociais e materiais que nos entrelaçam no nosso desenvolver, antes de tudo é necessário analisar as raízes, pois conforme Marx (2007) afirma, a consciência não deve moldar a vida social, mas a vida social é quem deve ditar a consciência.

2.2 Divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho refere-se à separação das atividades produtivas e reprodutivas com base no gênero. Essa atribuição de divisão se deu a partir do momento em que o homem começa a ser remunerado em seu espaço público de trabalho enquanto as mulheres passam a ser responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidado, no qual não é remunerado e desmerecido.

Mas antes de explorar a divisão sexual do trabalho, se faz necessário o recorte sobre o que é trabalho, para Marx (2013) o trabalho é, “[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla [...].” O trabalho é condição básica e fundamental de toda a vida humana “em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (Alburguini; Rocha, 2023, p. 1 apud Engels, 1979, p. 215).

Segundo Saffioti (1976) o modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômicas-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos de trabalho humano. A distribuição de trabalho que é estabelecida pela sociedade é desigual; que é baseada nas construções sociais e culturais, fazendo com que as tarefas exercidas pelos gêneros sejam naturais para cada um, trazendo como resultado as desigualdades de oportunidade, salário e o reconhecimento de cada um em profissões e espaços já pré estabelecidos para homens e mulheres.

A saturação empírica da categoria mercadoria, além de fazer-se acompanhar por uma divisão social do trabalho extremamente desenvolvida, marca o divórcio entre o valor de uso e o valor de troca dos produtos do trabalho. Enquanto o valor de troca não preside ao processo social da produção, isto é, enquanto a maioria dos artigos produzidos se destina a satisfazer diretamente às necessidades de seus produtores (o que

ocorre nas sociedades pré-capitalistas), a dimensão quantitativa do produto do trabalho não interfere, decisivamente, nem no processo de trabalho nem na determinação da força de trabalho. A partir do momento, entretanto, em que o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação. A oposição dialética objetiva existente entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias se subjetiva no momento mesmo da determinação da força de trabalho como mercadoria. O trabalhador não produz diretamente para seu consumo, mas produz artigos cuja existência independe de suas necessidades (Saffioti, 1976, p. 13).

A origem da divisão sexual do trabalho não é algo novo ou limitado apenas ao nosso país, mas sim uma característica base do sistema capitalista de produção. Para Cisne (2004) a divisão sexual do trabalho é um dos pilares centrais da exploração do capital sobre o trabalho, é a partir dele que é estabelecido às divisões de atividades exercidas por homens e mulheres, trazendo a hierarquização dessas funções, fazendo com que o trabalho feminino seja atribuído a um menor valor e a um menor reconhecimento, enquanto privilegia as funções que estão vinculadas ao masculino. O acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino, todavia, não se desenvolve naturalmente. Uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra (Cisne, 2004, p. 127).

A superexploração da força de trabalho de acordo com Marini (1973), é a forma de extração de mais valia que excede, e implica na utilização de mecanismo que permite retirar do trabalhador, mais do que ele recebe, fazendo com essas classes sejam impedidas de se reproduzirem em condições normais.

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "*o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital*", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (Marini, 1973).

Baseado na ideia de Cisne (2004) as consequências da divisão sexual do trabalho são inúmeras para as mulheres, principalmente para as mulheres racializadas, como a falta de autonomia financeira, desigualdade salarial e um menor acesso a cargos de alta liderança, dificuldade para serem aceitas no mercado de trabalho ou crescer profissionalmente, principalmente se forem mães. A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por

meio da divisão sexual do trabalho confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados.

A sociedade, em todas as épocas, seja por meio dos seus aparelhos que propagam ideologias, seja através de mídias sonoras e visuais, busca transmitir a imagem da mulher como um sexo frágil, um indivíduo que necessita de cuidados, um ser inferior que necessita de um dono, alguém que a instrua. Isto se deve muito a alguns valores e crenças herdados erroneamente de um período conhecido como patriarcado (Castro; Santos; Santos, 2018, p. 5).

A lógica do sistema patriarcal e capitalista, desde os tempos passados, impactaram e impactam de forma diferente e mais agressiva a vida da mulher negra, que historicamente foram postas em ocupações precarizadas, sobretudo no trabalho doméstico, e essa inserção entre o gênero, raça e classe faz com que as desigualdades perpetuem constantemente da vida da mulher negra. O seu lugar na formação histórica do trabalho e no pensamento social brasileiro como aponta Lélia Gonzalez, que em *A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego* (1979) a situação que o negro brasileiro é colocado na força de trabalho se materializa na perseguição, opressão e violência.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir para o preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isto ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc (Gonzalez, 1979, p. 2).

A masculinização e a feminização, são construídas e agregadas ao masculino e feminino. Fazendo com que o trabalho da mulher seja sempre atribuído ao cuidado e ao homem, ao raciocínio e a força. Diante dessa questão, melhor do que discutir sobre a divisão sexual do trabalho é trabalhar na base estrutural que é a educação, para que estigmas possam ser rompidos e uma sociedade justa e igualitária possa surgir, dando espaço para as mudanças.

De acordo com Cisne (2004) às análises de gênero não devem se limitar a descrever apenas o que é ser homem e o que é ser mulher, mas explorar de quais formas os significados atribuídos a esses gêneros influenciam e moldam a organização do mundo do trabalho na sociedade.

É necessário perceber que a “feminização” do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma “superexploração” sobre o

trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social: sem ela não haveria a produção social; na pública, 129 pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígio presentes no mundo produtivo (Cisne, 2004, p. 128-129).

Um dos principais mecanismos da manutenção das desigualdades de gênero, raça e classe é a divisão sexual do trabalho, pois é uma lógica que se baseia na subordinação da mulher. Diante desses apontamentos é importante falar sobre a precarização das relações das mulheres negras, já que a exclusão dessas mulheres vem de um passado obscuro e que se encontra na estrutura da formação do Brasil, desde a época colonial, a hierarquia social, onde os senhores das grandes terras que em suas mãos tinha os poderes políticos, econômicos, os escravos e suas forças de trabalho. Entre esses dois lados temos homens e mulheres vivendo em situações precárias, e totalmente fragilizados diante de uma sociedade que não os viam. Que desse modo a sociedade colonial se define com um caráter patriarcal que mostra toda a sua estrutura, atingindo principalmente a mulher (Portal Geledés, 2010).

Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Deste modo seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que este ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população.

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo. Inicialmente, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reproduutora de nova mercadoria, para o mercado de mão-de-obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, correndo com o tráfico negreiro (Portal Geledés, 2010).

A separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e reprodutivo se faz no processo de construção da vida social no sistema capitalista a partir da qual se estrutura a divisão sexual do trabalho, elemento central na constituição das relações sociais de sexo, que é modulada historicamente e socialmente (Kergoat, 2004, p. 36, apud Ávila, 2010).

Na definição de Kergoat,

A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Se esses dois princípios organizadores se encontram em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isso não quer dizer, entretanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, essas

modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço, como o demonstram abundantemente etnólogos/as e historiadores/as (Kegoart, 2001, p. 89).

A divisão sexual do trabalho é uma construção histórica e que constantemente perpetua a desigualdade entre homens e mulheres, pelo racismo e pelas estruturas do patriarcado e capitalismo tornando-a ainda mais agravante. Fazendo com as mulheres negras seja exposta a opressões diárias em todos os ambientes que estiverem, opressões de gênero e de raça, enquanto homens são diretamente direcionados para o trabalho produtivo e valorizado socialmente, enquanto mulheres são direcionadas ao trabalho doméstico e precarizados. Esse sistema que alimenta cada vez mais o capitalismo, a fim de aumentar a exploração do trabalho, e assim mantendo os custos da reprodução social a maioria das vezes reservado para as mulheres negras, reforçando a exclusão e a exploração.

Segundo Susana de Castro (2021, p. 3),

Em “Planejamento contraestratégico na cozinha” (1975/2021, p.23 e seg.), escrito em conjunto com Nicole Cox, Federici explica porque a ideia de Marx segundo a qual o capital domina e se expande por meio do salário não abarcou a ideia igualmente real de que a exploração de trabalhadoras e trabalhadores não assalariados também se estabeleceu por meio do salário. No que concerne às mulheres a ausência de um salário faz parecer que o trabalho que executam é de assistência pessoal, alheio ao capital, por isso, Marx e a esquerda marxista não consideram que as trabalhadoras domésticas pudessem ser agentes revolucionários a favor da “luta de classe” (1975/2021, p.23). Grande parte da esquerda marxista considera que a linha divisória entre o proletariado e o lutopropetariado é o salário. A enorme parcela dos trabalhadores não assalariados, como as donas de casa, os trabalhadores que à época de Marx ainda eram escravizados nas colônias, e os atuais trabalhadores informais, entre outros, não são considerados agentes revolucionários por lhes faltar uma consciência de classe (Castro, 2021, p. 3).

Já a divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo, entre passam a vida da mulher, a autora Silvia Federici (2004) destaca que o trabalho reprodutivo é aquele que é realizado mais especificamente pela mulher dentro do espaço doméstico, que também é essencial para o desenvolvimento da sociedade, apesar de ser historicamente não remunerado e reconhecido. A divisão sexual do trabalho se estabelece junto ao capitalismo, pois o trabalho reprodutivo é algo que não gera lucro, mas isso não faz com que as mulheres sejam invisíveis ao sistema capitalista. Silvia prossegue dizendo em seu livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2004) que o capitalismo se apropriou do corpo e do trabalho da mulher, e que apesar de não gerar lucro, é um trabalho que gera manutenção para o sistema. Para ela, a transição do feudalismo para o capitalismo originou uma reestruturação da posição da mulher, principalmente das mulheres proletárias.

Federici (2004, p. 126), segue afirmando que é nesse contexto em que se situa a história da mulher e da reprodução do feudalismo para o capitalismo, pois é através das mudanças chegadas junto ao capitalismo que se introduz a posição da mulher em sociedade, é a partir desse

cenário que novas formas de divisão de trabalho surgem. Diante dessa reconfiguração, sobretudo mulheres racializadas e pobres, um novo desafio surge, a feminização da pobreza, especialmente a mulher solo, que detém a responsabilidade do trabalho reprodutivo junto a precarização do mercado de trabalho voltado para ela, a desigualdade de gênero reforça-se na feminização da pobreza e da força a misoginia estrutural reforçando posições desiguais. Que de acordo com Saffioti (1976) se manifesta a partir de determinadas violências e discriminações, principalmente das mulheres racializadas.

Nesse contexto, se faz necessário a compreensão de como essas desigualdades se manifestam em profissões historicamente feminizadas, como o Serviço Social, para que tenha a análise das contradições presentes no exercício e formação profissional. É importante refletir sobre a trajetória das mulheres negras e sua interlocução com o Serviço Social, como aponta a autora Daiana Cristina Nascimento, em *Mulheres Negras e o Serviço Social* (2022), a hierarquização do patriarcado, racismo e capitalismo são colocados em ordem homem branco, mulher branca, homem negro e pôr fim a mulher negra, seja em sociedade, ambiente de trabalho ou em qualquer outra situação. Nascimento (2022, p. 1) às famílias negras majoritariamente encontram-se alocadas longe dos aglomerados urbanos à mercê de inúmeras violações de direitos, sejam em penitenciárias, nos trabalhos informais, noticiários - isso quando sobrevivem.

A profissão do Serviço Social, sobretudo traz a contraditoriedade de ser uma profissão majoritariamente composta por mulheres e voltada ao cuidado, onde se insere em uma lógica de reprodução das relações sociais. Na prática profissional o Serviço Social atua diretamente nas relações sociais a partir das contradições geradas pelo modo capitalista orientando assim as expressões da questão social como objetivo de intervenção profissional.

2.3 Relações de Gênero e feminismo

Conforme aponta o texto *Gênero, Feminismo e Serviço Social* da autora Teresa Kleba Lisboa (2010), o serviço social, ao longo de sua história, teve grandes encontros e desencontros no que diz respeito a gênero e feminismo. Lisboa demonstra que o serviço social e os feminismos nem sempre andaram juntos. A autora apresenta que, durante o primeiro período de consolidação dos estudos de gênero no Brasil, seguiu-se a seguinte ordem: Igreja; Mulheres; Cuidado; Tutela; Ser para os Outros. Esses conceitos foram destinados às mulheres, e com o objetivo de secularizar a profissão, o serviço social acabou incorporando o discurso de um funcionalismo positivista. Apresentando mais duas críticas ao decorrer de seu artigo trazendo a institucionalização da profissão.

Conforme aponta o Guia Gênero e Feminismo-Senado Federal (2024) o feminismo possui ondas (períodos Históricos-Políticos) que deram início ao movimento, nas quais deram surgimento a essa lutas, são elas identificadas como: (1) primeira onda: nasce entre o século XVIII e XIX, por mulheres que não se consideram feministas, já que não havia teoria específicas para dar nome ao movimento, (2) segunda onda: surge no século XX, nessa onda as mulheres buscavam entender como a opressão e a exploração por parte dos homens contra elas funcionam e as características mais presentes nessa onda era a discussão sobre a sexualidade, dominação masculina, casamento e família e a (3) terceira onda: que surge em 1990, com origem principal nos EUA, em que eram filiadas à tradições de pensamento que não envolviam o universalismo ou grandes narrativas sobre os problemas sociais e políticos, onde seu foco é as questões de diversidade e inclusão.

Diante, de tais afirmações, qual o significado de gênero, diferentemente do patriarcado que foi instaurado por meio da industrialização capitalista, o gênero sempre esteve presente desde o início da sociedade. Para Saffioti (2015, p. 145) o gênero não é algo neutro, para ela, “carrega uma dose apreciável de ideologia”. A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero. Está, teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2015, p. 47).

Saffioti (2015), traz em o conceito de gênero, muito mais que significados, mas apresenta como o gênero diz respeito a uma categoria histórica, para ela não se explica, necessariamente a desigualdade entre homens e mulheres. A violência sexual, física, emocional e moral não ocorre isoladamente. Quando se traz para o contexto familiar muitas vezes essas violências são disfarçadas, e invisíveis para quem sofre. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres (Saffioti, 2015, p. 80).

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas inofismáveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas

várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (Pinto, 2010).

O feminismo possui algumas vertentes de acordo com Guia Gênero e Feminismo-Senado Federal (2024) são elas (1) *Feminismo Liberal*, que remete às sufragistas² para elas, a opressão contra mulheres é produto da desigualdade de oportunidades dentro da sociedade patriarcal e capitalista, e que buscavam direitos iguais de salário, direitos iguais de participação política, descriminalização do aborto, lutas por cargos mais elevados em empresas, entre outros, (2) *Feminismo Socialista*, que se filia as tradições marxistas/socialistas, nascida dentro de partidos políticos de esquerda e tem como objetivo a emancipação das mulheres por meio de sua completa inserção no mundo público do trabalho, (3) *Feminismo Radical*, nasce por iniciativa de mulheres dissidentes de partidos socialista³ na década de 1960, que denunciavam que a questão da dominação dos homens sobre as mulheres não era levada em consideração pelos “camaradas” dos partidos, portanto criaram um movimento separatista cuja teoria política se baseia na premissa de que o patriarcado é a raiz (daí o nome radical) da opressão e da exploração das mulheres, (4) *Feminismo Materialista*, que tem como base a libertação da mulheres da década de 1970 na França, esse se assemelha ao feminismo radical e socialista. e seu objetivo é entender o sistema capitalista e o sistema patriarcal como interligados e indissociáveis e, (5) *Feminismo Interseccional*, surge em meados de 1990 e teve como marco as transformações nos movimentos feministas devido à pressão de mulheres de minorias étnico-raciais, por não se sentirem representadas por nenhum dos movimentos feministas daquela época.

O feminismo, ao longo da história das mulheres foi um dos movimentos mais importantes para a luta de igualdade de gênero e a conquista de direitos, mas não se pode esquecer que assim como qualquer outro movimento, o feminismo também possui lacunas a serem reparadas, nesse caso, o feminismo sempre alcançou mais a mulher branca do que a mulher negra, visto que enquanto a mulher branca lutava para igualar seus direitos civis com os homens a mulher negra, levava o peso da escravatura, com posições de subordinação, não somente pelos homens mas também pela própria, mulher branca, a partir disso vemos que as opressões que afetam a mulher branca não será a mesma que afeta a mulher negra, indígena, periféricas e LGBTQIAPN+, essas enfrentam diversas formas de discriminação. Diante disso se fez neces-

² Luta histórica pela garantia do direito ao voto para as mulheres, ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX.

³ Um dissidente de um partido socialista é um membro do partido que discorda publicamente das políticas ou direção do partido, muitas vezes defendendo mudanças ou adotando uma posição mais radical. Essa pessoa se afasta da linha oficial do partido e pode até mesmo formar seu próprio grupo ou movimento dentro ou fora do partido.

sário o surgimento do feminismo negro, que é "um movimento social e um segmento protagonizado por mulheres negras, com o objetivo de promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos" (Revista Fórum, 2015).

Por isso a importância do Feminismo interseccional, e a discussão das construções sociais criadas ao longo da história, a mulher negra sempre teve um papel pré-definido ao longo da história, o papel do servir não somente ao homem, mas também a mulher, o feminismo interseccional alcança diferentes identidades, pois considera raça, classe e sexualidade, onde combate em conjunto todas as formas de discriminação.

3 PATRIARCADO, RACISMO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Este capítulo aprofunda a articulação entre patriarcado, racismo e capitalismo, compreendendo-os como sistemas imbricados que estruturam a desigualdade social. Destaca-se o impacto específico sobre as mulheres negras, em diálogo com autoras como Angela Davis, Lélia Gonzalez e Heleieth Saffioti. Além disso, o capítulo discute a feminização e a desvalorização do Serviço Social como profissão, reforçando a importância de uma prática crítica e comprometida com a emancipação das mulheres e das classes trabalhadoras. O patriarcado, racismo e capitalismo são sistemas que se interligam através da sua dominação em que se faz estruturar as desigualdades sociais. A exemplo do patriarcado exerce a dominação de gênero, colocando o homem em posições de poder, O racismo reforça essa dominação também, colocando essa população às margens da sociedade e aumentando cada vez mais a exploração e a exclusão social e o capitalismo, que prioriza o lucro, cria um ciclo de exploração infinito, se apropriando dessas desigualdades para manter um sistema de trabalho precarizado, e a maioria das vezes com trabalhos extremamente desgastantes, explorando principalmente pessoas racializadas, mulheres e crianças.

No espaço sócio-histórico atual, a vida cotidiana é permeada pela constante reprodução das formas de opressão e violação dos direitos. Esta situação assume particularidades na vida das mulheres que são alvo da violência em diferentes expressões e da dominação que se realiza historicamente no machismo, no sexism e na limitação da liberdade e da vivência da diversidade, decorrentes do lugar de inferioridade ocupado pelo gênero feminino em relação ao gênero masculino, resultado das desiguais relações sociais de gênero (Oliveira e Medeiros, 2015, p. 269).

O racismo por sua vez não é algo individual de preconceito, mas vai além disso é algo que se estrutura e se organiza na base da sociedade, onde se garantido privilégios a determinados grupos em prejuízo de outros. A pessoa negra, com destaque para os países que vivenciam opressores processos de colonização, é a que mais sofrem os efeitos da expropriação e dominação das elites internas e externas (Duarte; Mendes, 2024).

No capitalismo o racismo se materializa na exploração da mão de obra racializada, na marginalização da população negra e indígena, trazendo também a limitação ao acesso de educação e saúde. Essa relação de exploração e opressão se encontra na estrutura do próprio patriarcado, diante disso vemos como através da interseccionalidade como essas três opressões de sobrepõem, a mulher negra enfrenta opressões específicas que não são apenas representadas pelo racismo, mas se encontra na base da formação social enfrentando a precarização no trabalho, violência de gênero e exclusão da sociedade.

Compreende-se o racismo como um conjunto de ideologias doutrinas e ideias presentes na sociedade que atribuem inferioridade natural a determinados grupos étnicos e

atua como motor de desigualdades que produzem condições precárias de existência da população vitimizada. Nos últimos anos, diversas pesquisas têm evidenciado a construção racista na qual se fundamenta o Brasil (Oliveira e Kubiak, 2019, p. 2)

Diante disso pode-se afirmar que o racismo não é uma ideologia discriminatória, mas algo que sustenta o capitalismo justificando a exclusão, exploração e a subordinação da população negra, o racismo contra as mulheres negras é manifesto uma forma específica onde traz outros fatores como a ligação de outras opressões, como a chamada misoginia racializada, que é o ódio contra as mulheres, que trazem o feminicídio, humilhação, objetificação e outros. Esse comportamento social reserva um lugar de inferioridade, principalmente para a mulher negra. Em uma análise feita por Lélia Gonzalez em uma entrevista concedida a Mali Garcia, para o documento *As Divas Negras do Cinema Brasileiro*, de 1989 ela diz, que para a mulher negra, o lugar que lhe é reservado é o menor, o lugar da marginalização, o lugar do menor salário, o lugar do desrespeito em relação a sua capacidade profissional.

Ângela Davis (2016) explica que, historicamente, as mulheres negras sempre tiveram que lidar com uma dupla exploração: foram forçadas ao trabalho compulsório na escravidão e, após a abolição, enfrentaram exclusão e subalternização no mercado de trabalho. Até hoje, essa desigualdade é refletida na precarização das ocupações que elas exercem, sendo maioria nos trabalhos informais e domésticos. Como afirma Lélia Gonzalez (1984), a mulher negra sofre um racismo que se entrelaça com a desigualdade de gênero, o que a coloca na base da pirâmide social.

O racismo pode ser considerado – da forma como o entendemos atualmente – um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não por acaso ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular. Desta forma explica-se o sistema colonial e o pilar de seu êxito: de um lado, exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e, de outro, justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus (Moura, 1994, p. 3).

Diante disso, é certo afirmar que o racismo nada mais é do que uma prática discriminatória que está consolidada na base organizacional da sociedade, pois o gênero, a raça e a classe não caminham separadamente, mas se interligam e potencializam opressões. As dimensões de gênero, raça e classe são as mais recorrentes quando representam as violências vividas ou presenciadas, o enfoque na intersecção entre tais dimensões foi adotado como perspectiva teórica (Bezerra, 2018, p. 38 *apud* Saffioti, 2004).

Vale a pena compreender suas representações a partir do conceito de nó na definição dada pela socióloga Heleith Saffioti (2001), isto é, a imbricação entre Patriarcado, Capitalismo, e Racismo, que engendram as contradições sociais fundamentais de gênero, raça e classe

com as suas correspondentes opressões. O patriarcado, racismo e o capitalismo atuam juntamente na exploração, expropriação e no abuso dos corpos negros e da mulher, refletindo no acesso desigual, ao mercado de trabalho, na violência sobre esses corpos, e outros.

3.1 Feminização e feminilização da profissão: reflexos na identidade e atuação profissional

A feminização refere-se a um processo pelo qual uma determinada ocupação, setor ou profissão se torna predominantemente composta por mulheres. É um termo utilizado para descrever a tendência de um aumento significativo da participação feminina em determinadas áreas de trabalho ao longo do tempo, que pode ocorrer por diversos motivos, como mudanças socioeconômicas, avanços na educação feminina, demandas específicas do mercado de trabalho, entre outros fatores. À medida que as mulheres adquirem acesso à educação e oportunidades profissionais, elas começam a ingressar em campos que antes eram dominados por homens.

Para Silvia Yannoulas (1992, p. 275-276), a identidade feminina foi baseada em dois argumentos: (1) na argumentação ecológica, que se baseia na reprodução que as mulheres deveriam desempenhar como algo essencialmente natural; e (2) na argumentação essencialista, que se refere às características associadas às mulheres, como a fraqueza, irracionalidade, dependência emocional e outras. Isso desencadeia a ideia de que a identidade feminina pode ser apresentada em características que as rotulam, criando a ideia de um feminino ideal, diminuindo o ser feminino a apenas maternidade, dependência e cuidado. Diante das várias formas de rotulação existentes na vida de uma mulher é importante destacar que os lugares de ocupação profissional também são escolhidos pela sociedade, profissões voltadas para o cuidado como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, dentre outras, são majoritariamente ocupadas por mulheres.

No contexto da feminização de uma profissão, é importante considerar os impactos dessa mudança. Embora a maior participação feminina possa ser vista como um avanço em termos de igualdade de gênero e ampliação das oportunidades para as mulheres, também pode trazer desafios e questões relacionadas às desigualdades de gênero e à valorização do trabalho feminino.

A feminização de uma profissão muitas vezes está associada à desvalorização salarial e à falta de reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres. Pode haver estereótipos de gênero arraigados, que associam certas ocupações a características consideradas "femininas" e, portanto, menos valorizadas socialmente. Além disso, a feminização pode levar a um desequilíbrio de poder e a um ambiente de trabalho com dinâmicas de gênero complexas, como desafios

enfrentados pelas mulheres no que diz respeito à progressão na carreira, acesso a posições de liderança e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

A vida familiar, a sexualidade, o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, as necessidades básicas, a qualidade de vida, o espaço local passaram a ser incorporadas nas políticas públicas mediante pressão organizada das mulheres. A nível da sociedade civil, a mulher deixava de ser um sujeito privado, passando a ter uma presença pública (Lisboa, 2015, p. 112).

O feminismo no Serviço Social desempenha um papel muito importante, visto que é uma profissão majoritariamente composta por mulheres, é certo afirmar que existe uma influência no que diz respeito às práticas profissionais pautadas na defesa dos direitos das mulheres.

O artigo *Serviço Social com perspectiva de gênero; O que a cegueira ideológica não permite ver*, de Teresa Kleba Lisboa e Catarina Nascimento de Oliveira (2015), discute como a falta de uma abordagem crítica sobre gênero e serviço social compromete a efetividade das ações profissionais, não se pode reconhecer a desigualdade de gênero apenas como uma questão estrutural, é necessário reconhecer que também é individual. O texto traz a importância da perspectiva feminista na profissão, para que o Serviço Social venha atuar como rompedor de desigualdades e promovedor de direitos para as mulheres.

O processo de luta e empoderamento, é algo coletivo, toda mulher pode reconhecer e fazer parte da história, assumindo seu papel como sujeito ativo, e conforme suas lutas e reivindicações são conquistadas, novas ações e reflexões surgem.

O serviço Social não possui uma essência feminina, mas, torna-se uma profissão mais procurada pelo público feminino devido a ideologia patriarcal que se expressa pela educação sexista. A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também de forma desigual, levando mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcais capitalistas. Como já enunciado, sendo o Serviço Social uma profissão constituída em sua maioria por mulheres, não está isento da forma particular de apropriação do trabalho feminino pelo capital. Ter consciência disso e das condições de vida das mulheres na sociedade como um todo é, pois, um pressuposto para o avanço da profissão (Cisne, 2004, p. 110).

É fundamental analisar e abordar as questões de gênero relacionadas à feminização, a fim de promover a igualdade de oportunidades e valorização das mulheres nessas profissões. Isso envolve a implementação de políticas e práticas que garantam a equidade salarial, o reconhecimento do trabalho feminino, a promoção da diversidade e inclusão, e a superação de estereótipos de gênero que possam influenciar negativamente a valorização do trabalho realizado por mulheres em profissões feminizadas.

Assim, o termo feminização se refere à atribuição de características ou traços considerados tradicionalmente femininos. Que se relaciona com à construção social de papéis de gênero e às expectativas associadas às mulheres. A feminização envolve ideias convencionais

sobre feminilidade, como delicadeza, docura, sensibilidade emocional, em oposição a atributos considerados masculinos. Em suma, a feminização refere-se ao aumento da presença de mulheres em determinada área de trabalho, enquanto a feminilização envolve atributos e características socialmente associadas às mulheres. Nesse sentido, muitas profissões sofrem a interferência dessas características e se determinam a partir de aspectos como gênero e classe social, como o Serviço Social.

3.2 Serviço Social e relações patriarcais de gênero e raça

A profissão do Serviço Social, durante seu processo de formação e estruturação, esteve diretamente ligada às transformações sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira. Nesse percurso, as discussões sobre gênero, raça e classe tornam-se fundamentais para compreender e enfrentar as estruturas de poder que atravessam a prática profissional e a formação crítica da categoria.

Tendo como mote de análise os elementos históricos que caracterizam a profissão de Serviço Social, faz-se salutar e apontar alguns aspectos que articulam as relações patriarcais de gênero e o Serviço Social, cujo debate é apontado pelo Projeto Ético-Político da profissão, no qual sua normatização se expressa no Código de Ética de 1993, que se conecta ao projeto profissional (Eurico et al, 2021, p. 298).

Para Mirla Cisne (2004) a análise das relações sociais de gênero é fundamental, pois a profissão do Serviço Social tem um elevado número de mulheres inseridas nele, sejam profissionais, como também usuárias dos serviços prestados. Se faz necessário a discussão interseccional do racismo e patriarcado, onde se encontram para dominar as mulheres racializadas, fazendo que diferente da mulher branca em frente a opressão dupla de raça e gênero.

O primeiro abismo que essas mulheres encontram é a precarização do trabalho, na violência institucional, no trabalho doméstico que é direcionado a elas, que não é por escolha. Pesquisas da secretaria nacional da política de cuidados e família apontam que 45% das trabalhadoras domésticas são negras. Silva (2005) em sua entrevista afirma que: A mulher negra foi a primeira a ser escravizada, teve os seus corpos violados e alugados desde que vinham ao mundo, seus corpos não as pertencem e como um produto era usado para servir de: mucama, ama de leite, quituteira, rezadeira, parteira, raizeira, benzedeira, entre outras atividades.

A Formação moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões que se legitimam socialmente como “profissões femininas”, das quais se exige mais um perfil adequado a padrões morais conservadores, do que propriamente qualidades técnicas e intelectuais (Nogueira, 2017, p. 97).

Para Cisne (2004), a análise das relações de gênero é de fundamental importância para o serviço social, seja pela histórica marca da "feminização" da profissão, seja pelo seu caráter de trabalhar, inserido nas relações sociais, em que gênero compõe uma dimensão fundamental. Diante dessa afirmação se faz fundamental a compreensão do que é a profissão do Serviço Social e a sua intervenção nessas relações.

A origem do Serviço Social encontra-se intimamente relacionada com a consolidação do sistema capitalista, na idade do monopólio, estágio denominado por Lênin de imperialismo. Esse momento é marcado pela "modernização capitalista", na passagem do capitalismo concorrencial ao monopólio, sendo caracterizado como um período que acentua intensamente as contradições sociais em suas expressões de exploração e alienação (Cisne, 2004, p. 31).

Diante disso o Serviço Social como uma profissão inserida nas expressões das questões sociais⁴ Divisão sexual do trabalho- implicações para o serviço social brasileiro deve identificar que as desigualdades de gênero e raça não são questões individuais, mas são estruturantes das relações sociais do Brasil. A relação patriarcal impõe o papel da mulher na sociedade, e essas relações são um reflexo do passado, que se aplica na subordinação diária a qual a mulher é exposta. A profissão se configura, no seu surgimento, com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de servir ao próximo e do cuidado com o outro, numa adequação às funções socialmente imputadas às mulheres: o casamento e a maternidade (Veloso, 2001, p. 73 *apud* Cisne, 2004, p. 53).

Conforme aponta Cisne (2004) os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século XX, e entre as décadas de 1970 e 1980. E o seu propósito vem de romper as diferenças de igualdade entre o homem e a mulher, com a análise das construções sociais e as relações sociais. Nesse mesmo contexto o Serviço Social se cruza com o gênero quando a profissão se depara com as desigualdades que atingem de forma específica a mulher, pessoas negras e outros. É visível, que mais do que inquietação, existe uma resistência ao homem no Serviço Social, o que afirma a naturalização da feminização da profissão, bem como a concepção de uma essência feminina e masculina associada à divisão sexual do trabalho (Cisne, 2004, p. 185).

Perceber que as habilidades ditas femininas, e consideradas atribuições para o Serviço Social, são construídas e determinadas histórica e socialmente é indispensável para desmistificar a feminização do Serviço Social, possibilitando a ampliação da percepção de que, tanto mulheres quanto homens podem exercer esta profissão ou qualquer outras. Ademais, que este exercício profissional esteja voltado para o compromisso com

⁴ Para Iamamoto (2003, p. 27), a questão social é o: [...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

valores, como liberdade e igualdade social, e não com a reprodução do conservadorismo sobre as mulheres e homens, o que vem reforçar as desigualdades sociais (Cisne, 2004, p. 185).

Já as relações patriarcas de raça se manifestam na maneira em que o patriarcado e o racismo se encontram, mantendo a subordinação da mulher negra, indígena e racializada. No Brasil, esse abismo surge no período colonial, onde as mulheres negras e indígenas, tinham os seus corpos explorados, vítimas do abuso, da violência e sendo expostas como corpos disponíveis.

De acordo com Brah (2006, p. 344), “cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações”. A história do racismo brasileiro é a história do embranquecimento da identidade nacional. A construção da identidade do povo brasileiro precisou recorrer a uma série de fragmentos simbólicos que formou um mosaico de contraditórios. O mito nacional, no nosso caso da brasiliade, de acordo com Souza (2009) é algo que tem como propósito construir um sentimento de solidariedade aos filhos daquele território, daquela nação. Trata-se de um conjunto simbólico de características que não necessariamente reflete as dinâmicas reais das relações micro e macrossociais. Acima de tudo, são invenções que justificam processos nos quais os países estão submetidos (Lima, 2022).

De acordo com Lima (2021), o fato é que a história da formação social do Brasil é a história da escravidão e, consequentemente, dos seus desdobramentos: racismo científico, racismo cultural, mito da democracia racial, ideologia da mestiçagem. A escravidão é o motor da colonização brasileira e estendeu-se por quase quatro séculos. O que se materializava para além de um modo de produção, a escravidão era um tipo de sociabilidade, onde todos pensavam da mesma forma criando assim ordens que organizavam as práticas sociais.

O racismo patriarcal (WERNECK; SILVA, 2016) é um sistema de opressão específico por onde são produzidas e reproduzidas desigualdades e injustiças, que por sua vez atingem de forma diferenciada as mulheres negras. Nesse sentido, o racismo brasileiro e as relações patriarcas atuam de forma imbricada fomentados por um capitalismo dependente. O resultado desse processo é um racismo que se apresenta como cordial, chama a si mesmo de antirracista (GUIMARÃES, 1995) e nega as desigualdades raciais. A mestiçagem é resultado de um esforço do Estado brasileiro em busca do embranquecimento. Apesar de fracassarem na construção de um Brasil branco, as elites ergueram o mito da democracia racial, dificultando a constituição de identidades entre a população negra. Vivemos em um país que insiste em dizer: somos todos brasileiros e não negros ou brancos. O Movimento Negro Unificado denuncia há mais de 40 anos o mito da democracia racial como uma farsa das elites e a miscigenação como uma estratégia de embranquecimento. A luta da população negra organizada resultou em algumas conquistas, tais como: lei de cotas, Estatuto da Igualdade Racial, Programa Juventude Viva, entre outras. Contudo, mudanças nas estruturas de supremacia branca requerem um tempo histórico considerável. Além disso, a resistência da população brasileira em relação à discussão racial dificulta a transformação do padrão dessas relações. De fato, nos últimos anos com a ascensão do fascismo ao poder, assistimos também a uma mudança nesse debate. Frases e posturas racistas proferidas por Jair Bolsonaro, representante desse projeto político no Brasil, causaram indignação e a resposta a essas posturas foi a efervescência do debate sobre racismo. Entretanto, é um debate que carece de aprofundamento dos contornos particulares do racismo brasileiro, compreendendo esse sistema como fundamental para o desenvolvimento do

capitalismo dependente e a imbricação desses dois sistemas com as relações patriarcais. A vida das mulheres negras não é um mero recorte ou produto de uma falha, mas uma estratégia minuciosa de um sistema de opressão poderoso que precisa amortecer suas crises na vida e nos corpos dessas mulheres para continuar se reestruturando. Por fim, relembro o caso de Mirtes, moradora do Recife, que perdeu seu filho Miguel, assassinado pela negligência racista. Mirtes precisou levar seu filho para o trabalho em pleno isolamento na pandemia, pois não tinha como ficar em casa. Perdeu seu filho porque não tinha nenhuma segurança trabalhista do Estado Brasileiro e nenhum apoio social que garantisse o exercício da sua maternidade com qualidade. O Estado brasileiro cotidianamente assassina os filhos dessas mulheres, impõe, além de desproteção social, sofrimento, morte e adoecimentos. Analisar a sociedade trazendo a vida das mulheres negras para o centro do debate é urgente (Lima, 2022).

O serviço social e as relações patriarcas de gênero e raça, traz que como uma profissão que está inserida no meio das expressões da questão social, não se isenta das múltiplas opressões que estruturam a sociedade. Como visto o patriarcado se articula com o racismo e com o patriarcado, e juntos constroem um sistema de hierarquização e dominação de corpos, atingindo diretamente a vida das mulheres, especialmente as mulheres negras, colocando-as em situação de vulnerabilidade.

A relação entre o Serviço Social e o patriarcado relaciona desde a gênese da profissão, conforme aponta Cardoso “[...] iniciava-se em 1936 o curso de Serviço Social no Brasil. Um curso só para mulheres, provenientes da burguesia paulistana, que já realizavam um trabalho social via Igreja Católica”. (2016, p.435) o Serviço social se torna resultado das classes dominantes capitalistas e dominado pela igreja católica, atribuindo a profissão uma característica conservadora.

De acordo com Netto (2011), o processo de reconceituação do Serviço Social não se demonstrou coeso no interior da categoria profissional: havia grupos de profissionais que intentavam uma revisão técnica da profissão dentro dos marcos da ditadura; outros mais conservadores, vinculados à Igreja Católica, que não desejavam alterar as bases e as práticas profissionais; e o outro grupo, que visava romper com o conservadorismo. Este último foi o que mais influenciou o Serviço Social atual e suas entidades representativas.(Paneghini, 2018)

A gênese do Serviço social, perfil dos profissionais e usuários, são essenciais para a compreensão de que os diversos projetos profissionais estão diretamente conectados aos projetos mais amplos da sociedade. Fazendo com que cotidianamente, a organização de trabalho enfrente tensões e disputas teóricas e políticas que direcionam o Serviço Social brasileiro e o fortalecimento do trabalho pode ser propiciado por meio da política social pública.(Péres; Guimarães; Alves,2015, p.9,)

A partir desse cenário, é imprescindível que a formação profissional de Serviço Social se ancore na perspectiva de totalidade, entendendo as relações que determinam a heterogeneidade das classes, como o patriarcado. Conforme exigido pela ABEPSS, desde 2014, a adição de um componente curricular obrigatório na graduação, que debata às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. Isso, pois se entende que as relações de classes são mediadas por outras relações sociais. Para além, a

o compromisso do/a assistente social crítico, firmado pelo projeto ético-político profissional hegemônico atualmente, perpassa a ampliação de direitos e a luta contra toda forma de exploração e opressão em defesa da emancipação humana, o que significa a dedicação a formação profissional de qualidade. (Péres; Guimarães; Alves,2015, p.9,)

O Serviço Social, através do seu projeto ético político que se compromete com a emancipação humana, deve ter como eixo central o foco de romper com esses estigmas, preconceitos e violência que perpassam constantemente a vida dessas mulheres, incorporando uma prática crítica, interseccional e antirracista, buscando conhecer a pluralidade de cada usuária do Serviço Social, buscando a equidade como valor fundamental na construção de uma sociedade plenamente igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostra sua relevância ao buscar compreender em que medida as desigualdades de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres incidem no Serviço Social. Sua originalidade está no esforço de relacionar as bases que sustentam o patriarcado no processo de formação social brasileira com aquelas que constroem a imagem social da profissão, marcada historicamente pela feminilização, precarização, sincretismo, invisibilidade e desvalorização.

A reflexão sobre patriarcado e capitalismo, sob uma perspectiva interseccional, evidencia como as estruturas de poder não apenas sustentam as desigualdades, mas também se reconfiguram e se atualizam, entrelaçando-se às relações sociais e ao trabalho. Isso impacta diretamente o exercício profissional do Serviço Social, limitando seu reconhecimento social e reforçando estereótipos de gênero.

Como limitação, destaca-se a ausência de coleta empírica, o que aponta para a necessidade de aprofundar experiências de assistentes sociais em diferentes regiões e contextos institucionais. Futuras investigações podem ampliar a análise de estratégias de enfrentamento das desigualdades patriarcais e raciais, bem como avaliar os efeitos de políticas públicas voltadas para equidade. O Serviço Social, por sua gênese feminilizada, é associado ao campo do cuidado, reforçando estigmas que desvalorizam sua dimensão crítica. Por isso, torna-se fundamental a análise histórica e crítica da divisão sexual do trabalho e das relações de poder, sobretudo no que diz respeito às mulheres negras e das classes populares. A transformação exige o enfrentamento coletivo das desigualdades de gênero, raça e classe, incorporando também homens dispostos a romper com privilégios patriarcais.

A profissão, ancorada em seu projeto ético-político, assume papel estratégico na luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Para tanto, é necessário superar o mito da neutralidade e afirmar uma práxis crítica e emancipadora. Isso inclui a inserção de disciplinas obrigatórias sobre gênero e raça na graduação, formação continuada sobre violência e racismo estrutural, e políticas institucionais para reduzir desigualdades internas.

Assim, enfrentar as manifestações patriarcais no Serviço Social brasileiro exige não apenas denúncia, mas também a formulação de estratégias concretas, fortalecendo a potência transformadora da profissão. A luta por uma sociedade justa e igualitária não é tarefa isolada, mas um projeto coletivo a ser reinventado cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, p. 303–330, jun. 2000.
- ALBERGUINI, Silmara; ROCHA, Edna Fernandes da. **Superexploração do trabalho feminino e a reprodução das desigualdades**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2019, Brasília. 40 anos da “Virada” do Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2019. p. 1–10.
- ALMEIDA, Silvio. **O racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.
- ALVES, Leonardo Nogueira. **A construção social do “homem provedor”: masculinidade e divisão sexual do trabalho no discurso de juízas de vara de família**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16067/1/Dissertacao%20-20Leonardo%20Nogueira%20Alves.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- ALVES, Maria Elaene Rodrigues; MELO, Ana Inês Simões Cardoso de. **Violência e resistência de mulheres do serviço social na ditadura (1964-1985): percursos metodológicos de pesquisa**. In: VASCONCELOS, Ana Maria de; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; VELÓSO, Renato (org.). Serviço social em tempos ultraliberais. São Paulo: Cortez, 2021.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho produtivo e reprodutivo na vida cotidiana. **Revista ABET**, v. 9, n. 2, p. 53–54, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CAMPOS, Márcia; ALMEIDA, Janaiky Pereira de; DINIZ, Maria Ilidiana; DUARTE, Marco José de Oliveira; SILVA, Ana Paula Procópio da; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades**. Grupo Temático de Pesquisa da Abepss Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. Disponível em: [001194822.pdf](https://www.abepss.org.br/pt/temas/relacoes-patriarcais-de-genero-feminismos-raca-ethnia-e-sexualidades). Acesso em: 20 jun. 2025.
- CARNEIRO, Elane Mendonça Conde; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Relações patriarcais de gênero e feminicídio no Brasil: debates sobre violência contra a mulher**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Espírito Santo. Anais... Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23496>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. **Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista**. In: SEMINÁRIO CETROS, 6., 2018. Anais... 2018. Disponível em: [425-51197-29062018-084053.pdf](https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/425-51197-29062018-084053.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.
- CASTRO, Susana de. ‘Acumulação primitiva’ e ‘patriarcado do salário’: a relação entre feminismo e marxismo na obra de Silvia Federici. **PERI – Revista de Filosofia**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1–12, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/5168>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?**. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: [Cisne Mirla Dissertação UFPE2004.PDF](https://www.ufpe.br/~mirla/cisne_mirla_dissertacao_ufpe2004.pdf). Acesso em: 23 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Ética e movimento: módulo 1 – CFESS Manifesto! Formação política e ética no Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo01-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CRUZ, Camila Oliveira Silva da. A visão de Gilberto Freyre sobre as mulheres negras em Casa-grande & senzala: um olhar crítico a partir da perspectiva negra. **Revista Textos Grandeados**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 37–46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/36202>. Acesso em: 9 ago. 2025.

CUNHA, Maria da Silva. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 211–217, 2005. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006. Acesso em: 23 jul. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Lívia. **Deficiência e desigualdade de oportunidades**. Brasília: LetrasLivres/EdUnB, 2010.

DUBOC, Jéssica Ribeiro; SILVA, Anderson Martins. **A determinação social da consciência: classe, raça e gênero na formação social brasileira**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 18., 2024, Belém. Anais eletrônicos... Belém: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpes-anais/public/arquivos/2024/oral/04170.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

EURICO, Márcia Campos; ALMEIDA, Janaiky Pereira de; DINIZ, Maria Ilidiana; DUARTE, Marco José de Oliveira; SILVA, Ana Paula Procópio da; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades**. Temporalis, Vitória, v. 15, n. 2, p. 290–310, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre marxismo e feminismo**. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. **O que é superexploração? Economia e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/8wdy7bjZF9RXBQsXYDFXNDb/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GADELHA, R. R. **O patriarcado**. In: _____. Recampesinização e ressignificação do campeginato: histórias de vida no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR). Chapecó: Editora UFFS, 2022. p. 42–81. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786550190392.0005>. Acesso em: 5 jan. 2025.

GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. Repensando as relações entre gênero e capitalismo: discussão sobre trabalho e salário. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514–522, set./dez. 2018. DOI: 10.1590/1982-02592018v21n3p514. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrR-WwjtFN/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: paixões de uma revolucionária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 1986.

LIMA, Nathalia Diógenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. **Revista Katálysis, Florianópolis**, v. 25, n. 2, p. 242–251, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5XsysYwfhv4DTx7NqjpKNPh/?format=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis, Florianópolis**, v. 13, n. 1, p. 135–147, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-4980201000100008>. Acesso em: 19 ago. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Serviço Social com perspectiva de gênero: o que a ‘cegueira ideológica’ não permite ver. **Revista Feminino**, v. 13, n. 2, p. 103–113, dez. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialectica.htm>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 5–21.

MOTTA, Daniele. **A contribuição de Heleith Saffioti para a análise do Brasil: gênero importa para a formação social?**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cerh/a/LQ8XVtXSKmRbVR3v8hssrzF/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em: 5 jan. 2025

NASCIMENTO, Daiana Cristina do. **Mulheres negras e o serviço social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2022, [local do evento]. Anais... São Paulo: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00773.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BANDEIRA, Natalia Ribeiro da Rosa. **Contribuições do Serviço Social para o debate sobre o patriarcado no Brasil**. Serviço Social em Debate, v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/5702#:~:text=A%20profiss%C3%A3o%20surge%20e%20se,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Serviço%C3%A7o%20Social>. Acesso em: 1 jul. 2024.

NEGRAS e o porquê de um feminismo só delas. **Revista Fórum**, 6 mar. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/negras-e-o-porque-de-um-feminismo-so-delas/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

NUSBAUM, Chimamanda Ngozi Adichie. Sejamos todas feministas. **Revista Brasileira de Estudos de Mídia**, v. 37, n. 2, p. 318–322, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2017v37n2p318>. Acesso em: 19 jul. 2025.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de; MEDEIROS, Milena Gomes de. **Capitalismo, patriarcado e serviço social: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea**. Temporalis, Brasília (DF), v. 15, n. 29, p. 265–288, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PEREIRA, José. **Trajetória da mulher na sociedade**. JusBrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/trajetoria-da-mulher-na-sociedade/1690050544>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PORTAL GELEDÉS – **Instituto da Mulher Negra**. Beatriz Nascimento. São Paulo: Portal Geledés, s.d.

RENK, V. E.; BUZIQUIA, S. P.; BORDINI, A. S. J. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. 416–423, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030228>. Acesso em: 18 ago. 2025.

RUBIANA NASCIMENTO VIANA. **Raça, gênero e classe na perspectiva de Bell Hooks**. Revista Sociedade e Cultura, 2021.

SAFFIOTTI, Heleith I. B. **O poder do macho**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleith Iara B. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 144 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/edtora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BRASÍLIA. **Guia gênero e feminismo.** Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/656404/Guia_genero_feminismo.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65–76, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOARES, Ana Luísa Silva. **O papel da mulher ao longo da história: influências no conceito de família bem como nas relações de parentesco.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) — Faculdade de Direito “Professor Jacy de Assis”, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

VANALI, Ana Cristina; KOMINEK, Andrea Maila Voss; BOBER, Vanessa Vargas. A luta contra o patriarcado: uma revisão histórica dos movimentos feministas. **Revista Artemis**, v. 33, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/61039>. Acesso em: 20 jun. 2025.

YANNOULAS, S. C. **Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria.** Temporalis, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **80 Anos de Formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 430-455, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0430.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025

PANEGHINI, Luciana Ribeiro. **Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise.** *Serviço Social & Sociedade*, v. 132, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.140>. Acesso em: 17 abr. 2025

PÉRES, Mariana Leite; GUIMARÃES, Ana Cristina Peixoto; ALVES, Leonardo Nogueira. **Relações patriarcais de gênero e formação profissional em Serviço Social em Minas Gerais**, 2018. Acesso em 17 abr. 2025